

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Odair Cunha foi escolhido para integrar tribunal

TCU: opositores elogiam articulação do governo

Até integrantes da oposição elogiam a atuação do governo no processo que culminou com a aprovação do deputado Odair Cunha (PT-MG) para uma vaga no Tribunal de Contas da União.

Para um deputado do PL, o Palácio do Planalto, “dessa vez, “fez tudo direitinho”. O jogo correto incluiu a decisão de travar, no fim do ano passado, o pagamento de emendas parlamentares indicadas por comissões da Câmara e do Senado, que não são execução obrigatória.

A quitação só ocorreu pouco antes da votação na Câmara. O governo também aproveitou esse período para cadastrar novas emendas de comissão, o que adotou a boca de deputados e senadores.

Motta e PT

A votação também serviu para reforçar os laços do PT com o presidente da Câmara, Hutto Motta (Republicanos-PB). Ao trabalhar pela aprovação de Cunha, ele cumpriu o acordo feito com os petistas antes de sua eleição para a presidência.

A escolha do deputado mineiro também faz com que Motta procure viabilizar o apoio do PT para sua reeleição, em 2027.

Marina Ramos/ Câmara dos Deputados



Hugo Motta: mãos esticadas para o PT

Bonzinho

Além de pedir votos para o petista, Motta procurou dificultar a unificação de candidaturas da oposição. Como não há segundo turno nesse tipo de escolha, a dispersão de votos seria favorável à candidatura favorita.

Não houve a unificação — outros quatro candidatos participaram —, mas Cunha ganharia de qualquer jeito: obteve 303 votos, contra 149 de seus adversários.

Apesar de petista, o futuro ministro do TCU tem bom trânsito entre partidos do Centrão: “Ele não é de todo ruim”, ironiza o deputado do PL.

Prazo fatal

Por falar no PL. O partido avalia que o ex-governador Cláudio Castro não vai conseguir concorrer ao Senado — foi declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Mas, por enquanto, o que se diz é que será dele a decisão de tentar a candidatura com recursos à Justiça. Castro terá até julho, mês das convenções partidárias, para definir sua situação. Depois disso, a bola volta pro PL.

Comemoração

A aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, da admissibilidade das PECs que tratam da redução da jornada de trabalho, com o fim da escala seis por um foi muito comemorada pelo governo. Na avaliação do Planalto, a oposição ficará em situação delicada se insistir contra a medida.

Em xeque

Para o Planalto, trata-se da mesma lógica que garantiu a aprovação do fim da cobrança de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil. A oposição sabe que a medida deveria favorecer o presidente Lula, mas também tinha receio de ficar contra ela, ainda mais com a proximidade das eleições.

Bola pro lado

Alinhado com empresários, o PL quer uma solução alternativa, pretende protelar a tramitação das propostas de emenda à Constituição até meados de junho. As festas juninas, a Copa do Mundo e campanha eleitoral tratariam de mandar as PECs para escanteio sem gerar desgaste para os parlamentares.

Correria

Hugo Motta, por sua vez, diz que vai instalar logo a comissão especial que analisará as propostas e definir um prazo para a conclusão dos trabalhos, o que inclui a consolidação de uma proposta unificada de texto. Depois de aprovada na Câmara, a PEC terá que passar pelo Senado e driblar o prazo curto num ano de trabalhos limitados.

Alternativa

Motta diz que insistirá com as PECs, apesar de o governo ter enviado um projeto de lei com o carimbo de urgência para o Congresso e que trata do tema. Caso não consiga barrar a proposta, ou ache arriscado demais ficar contra a mudança, a oposição tentará emplacar compensações que favoreçam empresários.

Negociação

O Palácio do Planalto não descarta concordar com algum tipo de benefício para empresas, mas teme complicar ainda mais o desequilíbrio fiscal. De acordo com dados oficiais, 37,2 milhões de trabalhadores cumprem jornadas de trabalho superiores a 40 horas semanais, 74% dos celetistas.



Segunda Turma tem até sexta para julgar prisão de Costa

Dois votos por prisão de ex-presidente do BRB

Dias Toffoli se declarou impedido de participar do julgamento

Por Gabriela Gallo

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tem até as 23h59 desta sexta-feira (24) para finalizar o julgamento que define a manutenção (ou não) da prisão do ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa.

O julgamento, que aconteceu em plenário virtual, começou nesta quarta-feira (22) e conta com os votos favoráveis à prisão de Costa dos ministros Luiz Fux e do relator das investigações acerca do Banco Master no Supremo, ministro André Mendonça. Faltam os votos dos ministros Kassio Nunes Marques e do decano da Corte, Gilmar Mendes. O ministro Dias Toffoli, que integra o colegiado, se declarou impedido de participar do julgamento e não contribuirá com o caso.

Na última semana, Paulo Henrique Costa e o advogado Daniel Monteiro foram alvos da quarta fase da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal (PF) por determinação monocrática do ministro André Mendonça. O ex-presidente atualmente está preso no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, e o advogado segue detido no Complexo da PF de São Paulo. O STF também julga se mantém a prisão de Daniel Monteiro.

Costa é acusado de aceitar seis imóveis avaliados em R\$

146,5 milhões como pagamento de propina do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, para autorizar que o BRB comprasse o Master. Já Monteiro é apontado como operador jurídico financeiro do esquema envolvendo o Banco Master.

Paulo Henrique Costa fora afastado da presidência do BRB desde a primeira fase da Operação Compliance Zero, em novembro de 2025, dois meses após o Banco Central rejeitar oficialmente a compra do Banco Master pelo BRB. Atualmente, o banco é comandado por Nelson de Souza.

Enquanto a Corte ainda não define se o ex-presidente do BRB permanecerá preso, nos bastidores estima-se que Paulo Henrique Costa trocou seus advogados de defesa e que deve realizar um acordo de delação premiada para contar aos magistrados da Suprema Corte as informações que tem conhecimento sobre a fraude bilionária do Banco Master. Com isso, o advogado Cleber Lopes deixa a equipe de defesa de Costa. A expectativa é que assumam os advogados criminalistas Eugênio Aragão e Davi Tangerino.

Paulo Henrique Costa somente não teve o pagamento de R\$ 74 milhões em imóveis totalmente finalizado porque, segundo as apurações das autoridades policiais, “Vorcaro teve ciência da instauração de procedimento investigatório”.